

Agrava-se a falta de docentes e aumenta a contratação de temporários

A decisão da Reitoria de congelar as contratações por concurso público e autorizar apenas contratações temporárias e mal remuneradas atinge diferentes unidades de ensino da USP, como a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), a Escola Politécnica (EP), o Instituto de Matemática e Estatística (IME), a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FCLRP).

Na FFLCH, o Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada vive cenário preocupante. Apenas 18 professores estão “na ativa”, quando o número ideal, “para responder adequadamente a todas as demandas, seria 24”, diz seu chefe, professor Jorge de Almeida. “Estamos, portanto, com seis professores a menos do que o ideal, e quatro a menos do que a média dos últimos anos (22)”. Nos próximos anos três docentes deverão aposentar-se.

O Departamento de Linguística aponta a existência de dois claros, devidos a docentes que se aposentaram entre 2014 e 2015 e não foram substituídos. Segundo a professora Cristina Altman, chefe do departamento, a equipe atual “absorveu as aulas desses professores”, no entanto a previsão é de que, até 2018, deverão pedir aposentadoria mais três colegas.

Situação grave vive o Departamento de Letras Modernas, particularmente algumas de suas áreas, como a de Estudos Linguísticos e Literários em Inglês. “A previsão para os docentes de língua inglesa é passar de oito em 2014 para dois docentes no segundo semestre de 2017”, declara o chefe, professor Álvaro Faleiros, para quem este é o caso mais crítico.

No Departamento de Ciência Política, que conta atualmente com 21 professores, o chefe, professor Álvaro de Vita, informa que não houve “condições para solicitar a reposição de dois professores que se desligaram” e que, embora a si-

tução se apresente como “razoavelmente equilibrada”, nos próximos anos haverá “mais alguns professores em condições de se aposentar por tempo de serviço”.

Sem reposição. Na EP, o Departamento de Engenharia de Construção Civil, apesar de “conseguir manter as atividades fins e administrativas”, enfrenta, segundo seu chefe, professor Francisco Ferreira Cardoso, a “falta de reposição de dois docentes que se aposentaram, sendo que um deles permaneceu como professor sênior”. Ele ainda relata que “uma vaga para contratação de um novo docente, que fora atribuída ao final da gestão Rodas, foi cancelada”.

Em dezembro de 2015, os docentes do Departamento de Matemática do IME divulgaram relatório que denunciava grave insuficiência de professores. Intitulado “Solicitação de claros docentes para o Departamento de Matemática do IME-USP”, o documento revelava a existência de cinco pedidos de aposentadoria em andamento, os quais fariam o departamento iniciar o ano letivo de 2016 com apenas 80 docentes.

O dossiê apontou “sobrecarga de trabalho em diversos quesitos da carreira docente”, e solicitou “reposição emergencial” de docentes em RDIDP e elaboração de um plano para adequar o quadro docente à demanda de cursos e programas de pós-graduação. Até 2017 o número de docentes do departamento deve cair para 65.

Consultado pelo *Informativo Adusp*, o professor Artur Hideyuki Tomita, chefe do Departamento de Matemática, avisa que a situação mantém-se inalterada: “Não houve nenhuma reposição docente. Dos cinco que se aposentariam, quatro se aposentaram e um decidiu adiar devido à alteração da aposentadoria compulsória (o docente completou 70 este ano). O informe que tivemos do representante no Co [Conselho Universitário] era que ainda está sendo gasto acima dos 100% do Orça-

mento, e que isso atrasaria a reposição de docentes”.

Discordância. Em dezembro de 2015, a Adusp solicitou à Reitoria e ao Co a implementação de “ações contra a não reposição permanente de docentes”, buscando a “defesa do RDIDP como regime preferencial da carreira docente”. Nesse documento, a entidade expressa discordância em relação à “política adotada pela Reitoria de reposição de quadros permanentes, em virtude de aposentadorias e demissões, por docentes contratados em caráter temporário”; estes chegam a receber salários de R\$ 1.245,44 (mestre) e de R\$ 1.795,81 (doutor), para uma jornada de 12 horas de trabalho (<http://goo.gl/OTY17y>).

Em 4/4, a FEARP publicou edital de contratação de “professor de economia”, nos seguintes termos: “A vaga é para Professor Contratado III, com salário de R\$ 1.795,81 e contrato por tempo determinado. O candidato selecionado irá ministrar as disciplinas Economia para Advogados: Microeconomia; Teoria Econômica; Economia para Advogados: Macroeconomia; e Introdução à Macroeconomia”.

Ao longo do período de contratação o professor poderá vir a lecionar nada menos do que quatro disciplinas, em 12 horas semanais, e receberá 38 reais por hora-aula.

O curso de Ciências Biológicas da FCLRP abriu três vagas de professor substituto com esse mesmo salário.

Novos ofícios. Em 5/4, o professor César Minto, presidente da Adusp, voltou a oficialar ao reitor M.A. Zago: “Tendo tomado conhecimento da ocorrência de editais de abertura de *Processo Seletivo Simplificado para Professor Contratado III (Doutor)*, recebendo o salário de R\$ 1.795,81, em jornada de 12 horas de trabalho, solicito que a Adusp seja informada do número de processos que ocorreram e estão ocorrendo nas diversas unidades da USP desde o início desta

Administração e qual é o motivo pelo qual a Reitoria optou por abrir tais processos seletivos simplificados em detrimento da realização de concursos públicos de provas e títulos para a contratação de professores efetivos, conforme prevê o inciso V do Art. 206 da Constituição Federal de 1988”.

Em outro ofício, enviado na mesma data, a Adusp solicitou ao reitor as seguintes informações: “1. quantos servidores (docentes e funcionários, discriminadamente) usufruem atualmente do abono de permanência na USP?; 2. considerando a tramitação legislativa da PEC 139/2015, que extingue o abono de permanência para o servidor público que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e opte por permanecer em atividade, de iniciativa do governo federal, a Reitoria realizou ou pretende realizar algum estudo sobre eventuais impactos causados por aposentadorias nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na USP, caso tal extinção venha a ocorrer?”

ATENÇÃO, COLEGAS!

Considerando que a nossa data-base é dia 1º de maio e que os índices que medem a inflação no período de maio/2015 a abril/2016 são estimados em:

ICV-Dieese - 9,8%
IPC-Fipe - 10,6%

é imperioso não aceitar nada que signifique arrocho de salário, lembrando que na última data-base, o reajuste em duas parcelas, imposto pelo Cruesp, ocasionou, mais uma vez, perda salarial, que se acumula...

Teremos reunião de negociação em 27/4.

ARROCHO NÃO!

Debate alerta para direitos em risco

“Brasil hoje: conjuntura nacional em debate”, atividade realizada pela Adusp em 13/4, reuniu os professores André Singer (FFLCH), Armando Boito (Unicamp), Tales Ab’Saber (Unifesp) e o sindicalista Zé Maria, dirigente do Partido Socialista dos Trabalhadores-Unificado (PSTU).

O professor Ab’Saber recorreu ao conhecido filme de Glauber Rocha para definir a atual conjuntura brasileira: “*Terra em Transe* é uma tentativa de apreender a profundidade histórica de um momento semelhante a este”, sustentou. Na sua opinião, o *Transe* constitui “uma tendência muito brasileira à reafirmação de formas arcaicas e reacionárias”, as quais “se articulam com a Nova Direita contemporânea”, centrada na exacerbação do consumo e referenciada no “neoliberalismo radical”. Em outras palavras: “Hiperliberalismo e arcaísmo social andam juntos”.

O risco que se corre na presente situação é o de ataques às garantias sociais inscritas na Constituição, e que nada mais são do que “elementos de reparação social do capitalismo contemporâneo”. Nesse quadro, o campo de esquerda, que havia se dispersado durante os mandatos presidenciais de Lula e Dilma, “rearticulou-se e agora está se reorganizando”.

Após essa introdução, Ab’Saber passou a basear-se no livro que publicou em 2015, *Dilma Rousseff e o ódio político*. A seu ver, a esquerda demorou muito para reagir ao avanço da Nova Direita, que entre março e agosto de 2015 realizou três manifestações de massa em favor do *impeachment*, sem que o governo ou os movimentos sociais dessem resposta à altura.

“Nossas práticas simbólicas foram vencidas e são mais fracas. Não conseguiram barrar a direita. Temos muito que pensar sobre nossos próprios erros”, disse o professor. “A esquerda não deu resposta ao tema da corrupção. A direita foi muito esperta”. Destacou o que designa como “destruição do dispositivo político chamado Lula”, como um dos objetivos da Nova Direita.

Ao final do debate, o professor da Unifesp relativizou a avaliação de golpe em marcha, pois para ele isso faz parte do que chama de “jogo pesado da democracia”, invocando exemplos dos EUA: “A gente olha muito para o Getúlio, mas não olha para o Nixon. Clinton quase foi *impichado* por um caso de amor”.



Singer, Boito, Rosângela Sarteschi (Adusp), Zé Maria e Ab’Saber

“Todos fora”. Zé Maria entende que, na disputa política que polariza o Brasil, ambos os polos são burgueses: “As duas posições políticas passam longe dos interesses da classe trabalhadora”, disse, destacando a existência de dois milhões de trabalhadores desempregados e o fato de que nenhum decreto de desapropriação para fins de reforma agrária foi assinado pelo atual governo. Por isso, alegou, a opinião popular é “botar todo mundo para fora”.

“Os dois blocos estão juntos”, assegurou, quando se trata de atacar interesses dos trabalhadores em votações realizadas no Congresso. Indicador dessa avaliação seria pesquisa do Instituto Data Folha, segundo a qual os estratos sociais presentes na Avenida Paulista nas manifestações de 13/3 (pró-*impeachment*) e 18/3 (em defesa das liberdades democráticas) são idênticos.

Na visão de Zé Maria, embora a luta por liberdades democráticas seja fundamental, é preciso colocar “muito entre aspas”, no Brasil, as designações Estado de Direito e Democracia. “Mais de 5.000 jovens são assassinados pela Polícia todo ano. Como defender esse Estado de Direito?”

A seu ver, as escolhas feitas pelo Partido dos Trabalhadores destruíram o projeto original do partido. “O Estado brasileiro é dirigido pelo PT há 13 anos. O que mudou para os trabalhadores?” Como outro exemplo de que se trata de uma disputa entre dois blocos burgueses, citou os principais candidatos à Presidência da República nas eleições de 2014: “Todos eles, Dilma, Aécio e Marina, mentiram descaradamente. Todos foram financiados pelos

mesmos empreiteiros que estão presos hoje porque roubaram o país”.

Assim, concluiu o dirigente do PSTU, é preciso “lutar contra os dois”, ou seja: “Botar o povo na rua, mas para botar todo mundo fora”. Ele deplorou os setores da esquerda que, apesar de críticos ao ajuste fiscal e à orientação geral do governo, decidiram se colocar contra o *impeachment*: “A maior parte da esquerda resolveu se alinhar com os dois blocos da burguesia”.

“Golpe de Estado”. “Aqui nesta mesa vou falar também como analista, mas predominantemente como militante político interessado em barrar o golpe de Estado em curso no Brasil”, iniciou Armando Boito.

“Os governos neodesenvolvimentistas do PT são muito diferentes dos governos neoliberais ortodoxos do PSDB”, afirmou, em claro contraponto a Zé Maria. Não há a menor dúvida, asseverou, de que o país vive um conflito de classes, o que explica o apoio de quase todas as centrais sindicais aos neodesenvolvimentistas. “No aparato conceitual marxista, uma crise política se explica pelo aguçamento da luta de classes”, acrescentou, fazendo menção a 1964.

Destacou características marcantes do momento: “Nada se assemelha à crise atual. Tudo está dividido”, disse, observando que a cisão chega ao Supremo Tribunal Federal (STF). “O conflito de classes assume outras formas, complexas, dissimuladas”. E indagou: “Por que os movimentos sociais em sua maioria estão contra o

golpe?” Apontou, ainda, que “a alta classe média emergente” tem ódio dos movimentos sociais.

Para o professor da Unicamp, os governos do PT foram “até o limite onde poderiam ir, dentro do modelo neoliberal”, para realizar algumas mudanças e garantir certos direitos, porque de fato abriram mão de um enfrentamento com o neoliberalismo. Contudo, do ponto de vista das classes populares, “mais vale esse passarinho na mão do que dois voando”. Caso da política de valorização do salário-mínimo e de medidas favoráveis aos assentamentos rurais.

“A crise foi provocada pela ofensiva da direita e não pelo ascenso dos movimentos sociais. O movimento popular vinha num ascenso, mas não foi ele o produtor da crise. As manifestações de 2013 foram confiscadas pela direita: nas ruas, na mídia e no campo político-partidário”. Além disso, há um componente externo: “O capital internacional está insatisfeito com o neodesenvolvimentismo, que favoreceu a indústria nacional”.

“A alta classe média é a base de massa da Nova Direita. Não é necessariamente contra a política econômica do governo, mas contra os direitos sociais, a política social”. A política de cotas nas universidades federais irritou os setores abastados ao tirar vagas que supunham pertencer de direito a seus filhos: “Não é à toa que, no ‘Tucanistão’,

continua na p. 3

Centrais sindicais rechaçam PLP 257

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, de autoria do Poder Executivo. Tal projeto estabelece o “Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal”, que permite congelar salários, suspender a realização de concursos públicos, aumentar alíquota de contribuição previdenciária e implantar o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) de servidores públicos (<http://goo.gl/sQFRw7>).

Apresentado pelo governo federal em 21/3, o PLP 257 prevê três estágios e contém uma série de ações a serem realizadas, até

que seja atingido o reequilíbrio das contas dos Estados, Municípios e União.

Resistência. O projeto de lei, que chegou ao plenário da Câmara dos Deputados em 23/3 e ainda não foi apreciado nas cinco sessões previstas, vinha sofrendo forte resistência dos servidores públicos federais e de entidades sindicais. O presidente da Adusp, em artigo intitulado “Breves Considerações sobre o PLP 257/2016 – Subsídios para Discussão”, avalia que tanto o texto do projeto como a exposição de motivos enviada pelos ministros Nelson Barbosa (Fazenda) e Valdir Simão

(Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG) à Presidência da República são “assaz contundentes [...] no que diz respeito a minar alguns dos parques direitos que ainda estão resguardados na Constituição Federal de 1988” (<http://goo.gl/L2CqIW>).

A diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) publicou nota na qual considera o projeto como “altamente nocivo para todos os servidores públicos — federais, estaduais e municipais — e, por decorrência, também para todos os serviços públicos”.

Durante reunião em 12/4 sobre o projeto, com representan-

tes da CUT, CTB, Nova Central, Força Sindical, UGT, CSP-Conlutas, CGTB e Pública, o ministro Ricardo Berzoini, da Secretaria de Governo, acenou com a retirada das condicionantes que atingem diretamente os servidores públicos, mas sem assumir compromisso algum.

Por essa razão, as centrais sindicais garantem que a agenda de mobilizações contra o projeto se mantém enquanto as mudanças anunciadas não se concretizarem.

Nos dias 13 e 14 de abril, servidores de todo o país realizaram mobilizações em Brasília e atos nos Estados.

continuação da página 2

as universidades não têm cota étnica nem social”, observou, referindo-se à USP, Unesp e Unicamp.

Boito chamou de “frentão” a coalizão formada pelo PT com um setor do capital, a *burguesia interna*, e que em dado momento “despertou a ira do outro bloco e a ofensiva restauradora da direita”. E advertiu: “Se o governo Dilma for deposto, somente a direita poderá tomar o poder de Estado no Brasil”. Se isso ocorrer, poderá resultar numa ditadura, “porque a deposição não será indolor, vai haver resistência”.

“Maior episódio”. “O que vamos viver nesse domingo é o maior episódio da luta de classes no Brasil”, estimou André Singer, referindo-se à votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, prevista para 17/3. “A luta de classes voltou à cena trazida pela direita e pelo capital”.

“Por que essa ofensiva diante de um governo que sempre tentou conciliar, jamais apostou na ruptura?”, questionou o professor. “O *impeachment* não é apenas a tentativa de derrubar o governo, mas de criminalizar o conjunto das esquerdas e tirá-las do cenário por muito tempo”.

Ele observou que o ex-presidente Lula ainda é o preferido da população pobre, como atestam as últimas pesquisas de intenção de voto: “O PT mudou mesmo, mas para ser um partido profundamente popular, deixou de ser um partido de classe. Mas é um erro dizer que ele se tornou um partido da burguesia”.

Na sua avaliação, embora Lula

tenha comandado um “processo de ultramoderação do PT”, a direita busca bloquear e banir o projeto de mudanças que ele encarna, tal como aconteceu a Getúlio Vargas (em 1954) e João Goulart (em 1964): “Está se tentando tirar do cenário político, pela terceira vez, a alternativa popular. O capital, no Brasil, não consegue conviver com uma oposição popular competitiva”.

Singer acredita que, se aprovado, o *impeachment* será um golpe constitucional, escorado em pretexto frágil, mas não vê o risco de ditadura. Ele acredita que a Operação Lava Jato é “republicana”, que “levou a momentos surpreendentes, de prisão de grandes empresários, o que é inimaginável no Brasil”, porém sofreu uma transformação no seu decorrer.

Por fim, advertiu que o país está entrando num “longo processo de selvagem luta de classes”, caracterizado por uma desorganização dos atores políticos, citando como exemplos a forte rejeição de Aécio Neves entre os manifestantes antigovernistas e a alta intenção de voto em Jair Bolsonaro, ícone da extrema-direita, entre eleitores com renda acima de 10 salários-mínimos. E arrematou: “Precisamos resistir à desorganização, nos organizando”.

Em seguida, Sonia Kruppa (FE), Paula Marcelino, Everaldo Andrade, Wagner Ribeiro (todos da FFLCH) e Maria José Bechara (IF) fizeram comentários e questionamentos aos debatedores, que voltaram a se manifestar em nova rodada. O vídeo do debate estará disponível no site da Adusp em breve.

Cursos pagos na ECA

Na edição 415, o *Informativo Adusp* publicou reportagem sobre os três principais esquemas privatizantes existentes na Escola de Comunicações e Artes (ECA), bem como sobre o conflito de interesses que permeia a oferta de cursos pagos (<http://goo.gl/1071bw>). Docentes de pelo menos três departamentos montaram cursos pagos: CRP (“Gestcorp”, ao preço de R\$ 19 mil), CJE (três cursos, R\$ 7.200 cada) e CCA (Educomunicação, R\$ 11.700).

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* do CJE são oferecidos pelo Centro Latinoamericano de Cultura Contemporânea (Celacc). Em 28/3, enviamos ao professor Dennis Oliveira, coordenador do Celacc e chefe do CJE, três perguntas, não respondidas até o fechamento desta edição, em 15/4.

Carta. Embora o professor Dennis não tenha se manifestado, recebemos carta do professor Luciano Maluly, que leciona no CJE e é pesquisador do Celacc. Na carta, ele declara que o chefe do departamento “é um dos servidores mais dedicados que conheci aqui no CJE”. Ainda que Maluly não tenha sido citado, consideramos relevante divulgar sua opinião:

“Além da chefia, o professor leciona uma disciplina obrigatória e outra optativa no curso de graduação, além de ser orientador, pesquisador e oferecer disciplinas nos programas de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH-USP e também na Pós-Graduação em Direitos Huma-

nos da USP. Mantém sozinho a produção e a distribuição do jornal *Notícias do Jardim São Remo*, destinado a essa comunidade que fica ao lado da USP.

Também é editor das revistas *Extraprensa* e *Alterjor*, além de vice-líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Popular e Alternativo e do Neinb (Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro). Além das orientações na graduação e supervisões de pós-doutorado, orienta nove projetos de pós-graduação, sendo 4 mestrados e 5 doutorados. O professor dedica muito mais de 40 horas à USP e, por isso, suas funções no Celacc em nada comprometem o seu desempenho em RDIDP”.

Princípio. Historicamente, a Adusp opõe-se à oferta de cursos pagos na USP, não apenas por entender que eles ferem a Constituição Federal — que no seu artigo 206, inciso IV, veta a cobrança em estabelecimentos oficiais de ensino — mas sobretudo em defesa de um princípio: a USP é uma universidade pública e gratuita e, portanto, não deveria manter tais cursos, que constituem uma forma de privatização (vide também <http://ow.ly/10FmZ8>).

Assim, o *Informativo Adusp* não tem a intenção de emitir juízo de valor acerca de colegas que ministram tais cursos. Ao contrário, tenta mostrar que a Universidade não tem contado com financiamento público adequado ao cumprimento de seu papel social, o que tem aberto espaço para sua privatização.

Reitoria tenta despejar Sintusp da sede que entidade ocupa há 30 anos

A gestão M.A. Zago-V. Agopyan expediu um verdadeiro ultimato para que o Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) desocupe, quase imediatamente, a sede em que se encontra há décadas em imóvel situado ao lado da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e do prédio da Reitoria, na Cidade Universitária do Butantã.

Por meio do ofício 194/16, enviado em 6/4, o coordenador de Administração Geral, professor Rudinei Toneto Junior, notificou a diretoria para que “proceda à desocupação do imóvel público [...] no qual se encontra instalada a sede do Sintusp, impreterivelmente no prazo de 30 dias”, e ameaça “medidas judiciais pertinentes” em caso de descumprimento (<http://migre.me/tw93N>).

O pretexto apresentado por Toneto Junior para medida tão dracônica é “a iniciativa da Comissão de Orçamento e Patrimônio no sentido da regularização dos espaços públicos situados nos *campi*”, bem como “a necessidade de aproveitamento acadêmico da área”. Segundo o ofício, o “fundamento” jurídico é fornecido pelo parecer 682/16, da Procuradoria Geral da USP.

Interlocutor. O Sintusp é uma entidade sindical reconhecida, integrante do Fórum das Seis e interlocutor habitual da Reitoria. Em 2014, a Reitoria ajuizou ação contra o Sintusp no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-2), em razão da

greve dos funcionários técnico-administrativos. O TRT-2 não apenas rejeitou a ação da Reitoria, dando ganho de causa ao Sintusp, como obrigou a gestão M.A. Zago-V. Agopyan a pagar os salários dos funcionários, que havia cortado em retaliação ao movimento grevista.

Será que o ultimato da Reitoria é uma *vendetta*? Será que as entidades privadas que, aí sim de modo absolutamente ilegal, ocupam ou utilizam dependências da USP para fins lucrativos — Fundação Vanzolini, Fundecto, Funbeo e tantas outras — serão convidadas a retirar-se dos *campi* (e com a mesma urgência)?

“A medida unilateral preocupa por seu caráter antidemocrático e

violento”, registrou a diretoria da Adusp. “Trata-se de um claro e inadmissível atentado à liberdade sindical e à organização dos trabalhadores”.

Em 2012, o reitor J.G. Rodas, ao mesmo tempo em que interpelava judicialmente os diretores da entidade, tentou colocar para fora da Cidade Universitária a sede da Adusp, então situada no Antigo Prédio da Reitoria, que passava por completa reforma. Terminou recuando: chegou-se a um acordo, mediante o qual a Reitoria cedeu à Adusp um espaço nas dependências da Prefeitura do Campus, na Avenida Almeida Prado, onde a nova sede funciona desde o início de 2014.

A terceirização do Clube da USP e o desrespeito aos seus funcionários

A terceirização do Clube da USP (antigo Clube dos Professores), levada a cabo pela Superintendência de Assistência Social (SAS) por orientação da gestão M.A. Zago-V. Agopyan, já foi objeto de reportagens do *Informativo Adusp*: vide <http://ow.ly/10D89E> e <http://ow.ly/10D8wF>.

A licitação para cessão do espaço a uma empresa privada ocorreu em 4/4/16, sem que os funcionários afetados pela medida, que ali trabalharam por décadas, tenham sido sequer avisados a respeito do seu novo local de trabalho. A denúncia é do Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT), vinculado ao Instituto de Psicologia (IP-USP).

Ambiguidade. De acordo com o CPAT, há nesse caso, como em outros similares ocorridos na universidade, “uma ambiguidade apresentada aos servidores, ora dando a entender que poderão escolher onde gostariam de ir, ora que passarão a trabalhar com outras funções dentro da própria superintendência”.

No caso específico dos garçons, adverte o centro, a situação de incerteza fica mais evidente: “Como a vaga foi extinta, esses funcionários não poderão inscrever-se no Banco de Oportunidades e, assim, tentarem vagas mais próximas de suas formações e bagagens pessoais”.

Debate na Saúde Pública denuncia IML por fraudar laudos na Ditadura Militar

O relatório “Assassinato de Opositores Políticos no Brasil – laudos falsos e fraudes praticadas por legistas no Instituto Médico-Legal de São Paulo durante a ditadura civil-militar”, elaborado pela Comissão da Verdade da Associação Paulista de Saúde Pública, foi apresentado e debatido em 31/3 na Faculdade de Saúde Pública (FSP).

Intitulado “Percurso da Memória e da História da Saúde Pública em São Paulo - das fraudes do IML à (Des) Memória Pública”, o evento foi coordenado pelo professor Carlos Botazzo (FSP) e teve como convidados o ex-deputado estadual Adriano Diogo, a médica e ex-presença política Elzira Vilella e os professores André Mota (FM) e Maria Cristina Marques (FSP).

“Esse relatório sobre o IML nunca havia sido divulgado à comunidade acadêmica, especialmente à FSP”, afirmou Botazzo. Para ele, “é muito importante re-



Daniel Garcia

Os convidados do evento durante a fala da vice-diretora da FSP

tomar a memória do que aconteceu na saúde pública em São Paulo e punir os culpados”.

O relatório mostra que entre 1969 e 1976 o IML emitiu pelo menos 51 laudos falsos de militantes assassinados pelo regime militar, entre eles Alexandre Vannucchi Leme, estudante do IGc, e o jornalista Vladimir Herzog, professor da ECA. Alexandre foi morto sob tortura em 1971, no DOI-Codi do II Exército,

mas seu laudo indica atropelamento como *causa mortis*. Herzog também foi torturado até a morte naquele local, em 1975, porém seu laudo menciona suicídio.

Além disso, foram citados os legistas responsáveis pelos laudos falsos. Entre eles, Harry Shibata, ainda vivo e que atestou a morte de Herzog, e Isaac Abramovitch, que assinou o laudo de Alexandre e outras 21 falsificações.

Assembleia Geral Adusp

Campanha Salarial
Reunião com o CRUESP
Carreira e Avaliação Docente

Quinta, 28/4, 17h, Aud. Jacy Monteiro (IME)